

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS Ata da 110ª Reunião Ordinária da CT-OL - 23/08/2024 - 9h00 Reunião por videoconferência - Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
AEAP	Maurício Magossi (T)
ASSEMAE	Tarciani Benedita Baia Santos (T)
	Eliana Von Atzingen Bueno Morello (S)
	Thais Regina Vicente (S)
BRK Ambiental Limeira	Daiane dos Santos Cardoso (S)
	Marina Bosso (S)
CATI	Maurício Perissinotto (S)
CIESP - DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno (T)
DAE Americana	João Marco Alves de Oliveira (T)
DAE Jundiá	Maria Carolina Hertel Dutra e Simões (T)
	Cláudia Debroi de Campos (S)
	Danilo Resende de Moraes (S)
	Daniel Maeda (T)
DAE Valinhos	Camila Augusto Euphrosino (S)
	Cecília de Barros Aranha (T)
DAEE	Ariana Rosa Bueno Damiano (S)
	Fábio Renato de Souza Cruz (T)
FRC Ambiental	Cecília de Barros Aranha (T)
INEVAT	Francisco Rinaldi Júnior (S)
P.M. de Cordeirópolis	Jaqueline Salvador Leite (T)
P.M. de Itupeva	Gleice Giovanna Ap. B. Montagna (S)
P.M. de Jaguariúna	Emerson Frasnelli Mian (T)
	Fabio Leandro Ferraz Peixoto (S)
P.M. de Limeira	Alice Takako Hirose (S)
P.M. de Várzea Paulista	Letícia Soares Antonio (T)
Pró-Flor de Atibaia	Dirceu Kioshi Hashimoto (T)
Renove	Rodrigo de Melo Nunes (T)
SAA	Maurício Perissinotto (S)
SAAE Salto	Silvia Telles (S)
SABESP	Bruno Sales Bitencourt Costa (T)
	Saulo de Assis Maia (S)
SANASA	Eliana Von Atzingen Bueno Morello (S)
	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
	Thais Regina Vicente (S)
Semear Consultoria	Carlos Eduardo da Silva Francisco (T)
SINDAREIA	Jorge Edison Di Rito (S)
Sindicato Rural de Atibaia	Dirceu Kioshi Hashimoto (T)
YPÊ-Salto	Jéssica Danielly dos Reis Glisotte (T)

Entidades ausentes
Assoc. Hortifrutiflores de Jarinu
DAAE - Rio Claro
Edisonda
Elogi Soluções Ambientais
P.M. de Indaiatuba
P.M. de Jarinu
P.M. de Louveira
SAAE Atibaia
SANEBAVI

Demais presentes	
Agência das Bacias PCJ	Eduardo Cuoco Leo
	Kaique Barretto
	Luclecia Soares
	Nathalia Corá
	Tainá Moura
	Vanessa Longato
DAEE	Sarah Janaina Menuzzo Quental
Geoblue	Fernanda Zaninello Miyamura
PPGCAM DCam UFSCar	Homel Marques
SAEAN	Maria Augusta
Suzano	Cristine Gomes

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Aos vinte e três dias de agosto de 2024, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma do *Google Meet*, a 110ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica em 16 de agosto de 2024, conforme prazo regimental. **2. Abertura da 110ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças.** A abertura da reunião foi realizada pela Sra. Cecília de Barros Aranha, representante do Departamento de Água e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE) e coordenadora da CT-OL e pela Sra. Ariana Rosa Bueno Damiano, representante do DAEE e coordenadora-adjunta da CT-OL, que agradeceram a presença de todos e informaram a existência de quórum para o início da reunião. **3. Informes:** A Sra. Cecília passou para os informes. **3.1. Informes da Coordenação:** a) A Sra. Cecília informou que a coordenação recebeu um e-mail solicitando esclarecimentos sobre a notificação automática gerada pelo Sistema de Outorga Eletrônica (SOE), com relação ao uso da água subterrânea, cuja finalidade de uso é o

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 110ª Reunião Ordinária da CT-OL - 23/08/2024 - 9h00

Reunião por videoconferência - *Google Meet*

consumo humano. Diante disso, foi inserido o tema como item de pauta para esclarecimentos; **b)** com relação à regulação dos usos de recursos hídricos, a Sra. Cecília informou que o tema está constantemente presente nas discussões atuais. Destacou que, em sua visão, o tema objetiva o aprimoramento dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos. Diante da dualidade entre eventos extremos e a crescente escassez hídrica, torna-se evidente a necessidade de adaptação regulatória, especialmente em função das mudanças climáticas. **3.2. Informes dos membros:** A Sra. Cecília questionou os membros sobre os informes e não houve solicitação. **3.3. Informes da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** A Sra. Cecília passou a palavra para a Sra. Tainá Lima de Moura, da equipe de apoio da Secretaria Executiva (SE/PCJ) para passar os informes da SE/PCJ: **a) Alteração dos representantes dos membros:** Informou que entre a última reunião da CT-OL e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração de representantes dos seguintes membros: **i. Prefeitura Municipal de Salto:** solicitando a inclusão das Sras. Alice Takako Hirose e Bianca Piratello como representante suplente e a remoção dos Srs. Flávio Roberto Garcia e Rodrigo Henrique Antunes; **ii. Departamento de Águas e Esgotos de Valinhos (DAEV):** solicitando a inclusão da Sra. Camila Augusto Euphrosino como representante suplente, e a remoção da Sra. Daniela Veronezi; **iii. Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) - Diretoria de Bragança Paulista:** solicitando a inclusão do Sr. Luis Bernardino Arnal de Barrio como representante suplente; **iv. Departamento Autônomo de Água e Esgoto (DAAE) de Rio Claro:** solicitando a inclusão do Sr. Ricardo Magre como representante suplente, e remoção das Sras. Regina Isabel Pizoli e Sara Hellen Ciamarro Trost. Como essas alterações são de entidade já participantes, a Sra. Tainá destacou que o informe é apenas para ciência sem a necessidade de aprovação dos membros da CT; **b) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** Destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos

recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2024. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SigRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o portal ([link](#)) de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G). Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o e-mail da Secretaria Executiva; **c) Custeio de despesas de viagem aos membros dos Comitês PCJ:** Lembrou aos membros que a próxima reunião da CT-OL será presencial, nesse sentido, os membros podem solicitar o custeio de despesas para participação das reuniões, conforme estabelecido pela [Deliberação dos Comitês PCJ nº 282/17](#) e suas alterações. A concessão de diárias para participação em atividades dos Comitês PCJ destina-se ao pagamento de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana no local de destino. As diárias são disponibilizadas para: **i.** membros representantes de organizações civis (exceto empresas privadas); **ii.** Membro de entidade associativa representativa de usuários de recursos hídricos; **iii.** Coordenador e coordenador-adjunto das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ; **iv.** pessoa física sem vínculo ou representação nos Comitês PCJ convidada a palestrar. É necessário que a solicitação ocorra no prazo de até 5 (cinco) dias antes da reunião, com anexo de documentos que justificam a necessidade da viagem, tais como convocação e pauta da reunião. Para reuniões plenárias, o prazo para solicitação de diária é de até 8 (oito) dias antes da reunião. Após o retorno da viagem é necessário a prestação de contas em até 10 (dez) dias, sendo anexados os comprovantes de comparecimento (cartões de embarque, passagens terrestres, registros fotográficos, certificado de participação, crachá, entre outros) – em que se destaca que o registro de imagem da lista de presença da reunião é de responsabilidade do representante custeado. As diárias não serão concedidas

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS Ata da 110ª Reunião Ordinária da CT-OL - 23/08/2024 - 9h00 Reunião por videoconferência - *Google Meet*

se: i. as despesas forem realizadas no município de residência do solicitante; ii. o membro estiver com entrega do relatório de viagem pendente; iii. em caso de membros da coordenação: não estar em dia com a entrega de listas de presenças e atas aprovadas de reuniões ordinárias e extraordinárias; iv. membro que estiver com pendências com cursos financiados pela Agência PCJ; v. membro que tenha reembolso de outras fontes de recursos. Solicitações e informações devem ser remetidas ao setor de Custeio da Agência das Bacias PCJ: <custeio@agencia.baciaspcj.org.br> ou (19) 3437-2100 opção 2. As deliberações com as regras específicas para solicitação do custeio, bem como os modelos de documentos para envio, estão disponíveis no site dos Comitês PCJ, pelo [link](#); **d) Processo Eleitoral dos Comitês PCJ:** Informou que desde o dia 15 de julho de 2024 está aberto o período de inscrições para o Processo Eleitoral dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL) para o mandato 2025-2027. Usuários de recursos hídricos não associados (do setor de Abastecimento Público), entidades representantes e organizações civis terão o prazo de 15 de julho a 27 de dezembro para se inscreverem. O edital foi aprovado pela [Deliberação dos Comitês PCJ nº 482/24](#), de 28/06/24. Informou que os interessados podem acessar mais informações neste [link](#); **e) Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** Informou sobre a próxima reunião dos Plenários dos Comitês PCJ, a qual a participação não é obrigatória para não membros, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes, sendo: 31ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), dia 30/08/2024, às 09h00, por videoconferência, com transmissão simultânea via *YouTube* ([link](#)). Mais informações na agenda do site dos Comitês PCJ ([link](#)); **f) Próximos eventos dos Comitês PCJ:** Informou que a Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) está organizado o 5º Webinar "Conversando sobre o Rio Jundiá - Nosso papel na despoluição". O evento irá ocorrer no dia 23/09/24, de forma virtual, pela plataforma do *YouTube*. Explicou que as inscrições podem ser realizadas por meio do [link](#), disponível no site dos Comitês PCJ na seção "[Eventos](#)"; **g) NewsComitêsPCJ:** Convidou aos membros para acessar a *Newsletter* Comitês PCJ, que é um portal desenvolvido pela Assessoria de Comunicação da Agência das Bacias PCJ, com a atualização periódica de

notícias da atuação dos Comitês PCJ e de suas Câmaras Técnicas. O acesso pode ser feito pelo [link](#). **4. Aprovação da minuta da ata da reunião anterior:** A Sra. Cecília informou que a minuta da ata da 109ª Reunião Ordinária, realizada em 21/06/24, por videoconferência, foi enviada aos membros junto da convocação, dentro do prazo regimental. Questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Também abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo da minuta. Não havendo manifestações, submeteu aos membros para aprovação, sendo aprovada por unanimidade. **5. Apresentação do Projeto Rios Vivos, município de Artur Nogueira SAEAN:** A Sra. Maria Augusta, representante do município de Artur Nogueira, informou que a cidade enfrenta um período difícil de escassez hídrica. Destacou que, há dois anos, estava prevista a construção de uma represa de grande porte, mas o projeto está parado devido a questões ambientais. Em seguida, explicou que a represa Cotrins, que abastece 70% do município, encontra-se seca. Atualmente, o município conta com duas captações superficiais e 27 captações subterrâneas. Tendo em vista os problemas enfrentados nos últimos, informou que o município solicitou a participação no Programa Rios Vivos e que, em 5 de agosto, foi iniciado o processo de desassoreamento. Apresentou imagens da represa em diferentes períodos, além de dois outros locais que necessitam de desassoreamento: a Captação Guilherme Carlini – Prainha e o Ribeirão Boa Vista – Poquinho. Em seguida, a Sra. Cecília agradeceu e abriu espaço para dúvidas dos membros. A Sra. Ariana questionou se o município possui um plano de zeladoria para as obras em andamento. A Sra. Maria esclareceu que foi enviada uma solicitação à prefeitura para desenvolver o projeto. Destacou as dificuldades enfrentadas, especialmente em relação ao plantio de mudas nativas, devido à necessidade de autorização para atuar em propriedades particulares e pelo fato de muitos córregos estarem localizados em áreas urbanas. Além disso, a Sra. Cecília sugeriu a inclusão de uma participação social ativa no plano, principalmente nas áreas públicas, e a buscarem maneiras de envolver as propriedades particulares na execução desse plano de zeladoria. Encerrado as manifestações e sugestões, a Sra. Cecília agradeceu e prosseguiu para o próximo item de pauta. **6. Informes do GT-Enquadramento dos Corpos d'água:** O Sr.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS Ata da 110ª Reunião Ordinária da CT-OL - 23/08/2024 - 9h00 Reunião por videoconferência - *Google Meet*

Danilo Resende de Moraes, representante do Departamento de Água e Esgoto (DAE) Jundiá, informou que estão organizando o próximo webinar, o qual envolverá ações de diversas cidades por onde o rio Jundiá percorre. Destacou que na última reunião do GT foi possível identificar outras cidades interessadas em participar do evento e mencionou brevemente os tópicos que cada município abordaria. Em seguida, a Sra. Maria Carolina Hertel Dutra e Simões, representante do DAE Jundiá e coordenadora do Grupo de Trabalho de Enquadramento dos Corpos D'água comentou que o material gráfico do evento já está pronto e que o tema será "Nosso papel na despoluição". Enfatizou a importância de reconhecer o papel e função do rio além do abastecimento, promovendo discussões sobre a responsabilidade na preservação do curso d'água. Destacou a mobilização das cidades próximas com o objetivo de colher depoimentos afetivos sobre a relação das comunidades com o rio. Adicionalmente, a Sra. Cecília mencionou que em conversa com a Sra. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ1) foi discutida a necessidade de abordar o tema do enquadramento dos corpos d'água na porção mineira da Bacia. Destacou a relevância de estudar o Caderno Temático de enquadramento dos Corpos d' Água Superficiais ([link](#)), que está anexado ao Plano das Bacias PCJ, para compreender as diretrizes e prioridades estabelecidas para esse território. Além disso, a Sra. Cecília ressaltou a importância de discutir os tipos de outorga aplicáveis no Estado de Minas Gerais. Em complemento, o Sr. Eduardo Cuoco Léo, Coordenador de Sistemas de Informações da Agência PCJ ressaltou a necessidade da participação do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) nesse processo, já que o Igam atua como agência de bacia para a porção mineira. Mencionou que o Igam tem conduzido diversos processos de enquadramento no estado, mas salientou que, a princípio, não há previsão de recursos orçamentários para ações específicas nesse sentido. A Sra. Cecília destacou que o intuito é a criação de um grupo de discussão focado no enquadramento dos corpos d'água na porção mineira, envolvendo o Igam, a Câmara Técnica do PJ e Agência das Bacias PCJ. **7. Ajustes no SOE: Pontos de destaque que devem ser esclarecidos aos usuários de recursos hídricos superficiais e**

subterrâneos: A Sra. Cecília informou que as notificações automáticas agora também estão integradas às dispensas de outorgas para pessoas físicas. Ressaltou que é uma nova funcionalidade do Sistema de Outorga Eletrônica (SOE). Quando usuários de águas subterrâneas respondem "SIM" à pergunta "O uso será destinado ao consumo humano?" nos requerimentos de direito de uso, regularização, autorização de perfuração com direito de uso, ampliação de vazão ou renovação de outorga, o sistema emite automaticamente uma notificação. Em complemento, a Sra. Sarah Janaina Menuzzo Quental, representante do DAEE informou que na antiga legislação o DAEE exigia diversos documentos, incluindo a análise da água, e ficava a cargo do órgão avaliar sua qualidade. Contudo, a legislação não atribui essa competência para o DAEE. Ressaltou que o DAEE emite outorgas ou suspensões com base na finalidade de uso da água, e quando o uso é para consumo humano, cabe ao requerente e a outros órgãos verificarem o cumprimento das exigências relacionadas à Vigilância Sanitária. Por essa razão, o DAEE agora solicita por meio da notificação automática, que os usuários apresentem essa manifestação da Vigilância. Neste sentido, orientam que o usuário realize o cadastro no Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA) e apresente a cópia do cadastro. Nesta perspectiva, como rotina o usuário deverá apresentar o controle da potabilidade por meio da apresentação de análises da água. Além disso, podem ser aceitos outros documentos, como a Licença Sanitária emitida pela Vigilância Sanitária, o Cadastro de Vigilância Sanitária e o Protocolo de Solicitação. Caso seja dispensado da Licença e do Cadastro, o requerente deverá enviar uma declaração assinada, informando a dispensa. Em seguida, a Sra. Cecília apresentou o novo organograma do DAEE e destacou a Portaria nº 4008, de 25/06/2024, que altera o fluxo interno da instituição. Explicou as mudanças previstas nos artigos IV, V e VI, que delegam às Diretorias de Bacias, de Planejamento e de Regulação a competência para aprovar diferentes tipos de outorgas e declarações de viabilidade, de acordo com a capacidade de captação e a natureza das entidades solicitantes. Concluindo, explicou sobre o tempo de emissão das outorgas e suas preocupações, considerando as novas diretrizes. **8. Sugestões da CT-OL para a**

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 110ª Reunião Ordinária da CT-OL - 23/08/2024 - 9h00

Reunião por videoconferência - *Google Meet*

Tomada de Subsídios 001/2024 do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) sobre a Portaria Geral de Outorgas: A Sra. Cecília convidou a todos para participar da Tomada de Subsídios 001/2024 do DAEE ([link](#)), que tem como objetivo criar a Portaria Geral de Outorgas. A proposta visa diminuir a burocracia e a ambiguidade nos processos, facilitando a solicitação e obtenção de autorizações para a gestão de recursos hídricos. Informou que o período de contribuições está aberto desde o dia 12 de agosto de 2024 e se encerrará no dia 01 de setembro de 2024. Na sequência, explicou em quais Portarias a Tomada de Subsídios se baseia e as alternativas possíveis, sendo: i. manutenção das condições regulatórias atuais, definidas pelas diversas Portarias DAEE referente à gestão da outorga do direito de uso dos recursos hídricos, incluindo apenas reformas parciais nas portarias existentes; ii. revisão e unificação de 7 (sete) Portarias vigentes sobre outorga, mediante a redação de uma nova Portaria Geral e a consequente revogação das portarias a ela incorporadas, seguida por uma revisão detalhada das Instruções Técnicas que orientam sobre critérios procedimentos de outorgas para diferentes tipos de usos ou interferências nos recursos hídricos. Na sequência, a Sra. Cecília informou que a proposta selecionada foi a revisão e unificação das 7 (sete) Portarias, e apresentou as justificativas para a escolha, os objetivos visados, os possíveis impactos da adoção dessa alternativa, além das estratégias para implementação da solução e a estrutura da nova Portaria Geral de Outorgas. Após a apresentação, os membros discutiram diversos pontos, destacando a necessidade de melhorias no processo de indeferimento, principalmente em relação à dificuldade de obter informações sobre as razões do indeferimento para correção. Também abordaram o tempo de emissão de parecer técnico pela CETESB e a paralisação de processos devido às férias de técnicos responsáveis. Outras sugestões incluíram o aumento da capacidade de memória do sistema SOE para anexar arquivos maiores que 8 megabits, a emissão de autorizações de outorgas por *QRcode* para agilizar assinaturas, e a dificuldade no acesso a vistas de processos. Sobre os indeferimentos e vistas de processos, a Sra. Ariana explicou que existe um e-mail (atendimento.bma@daee.sp.gov.br) específico para esclarecer dúvidas e solicitar vistas, além da possibilidade de contato direto com o técnico

responsável pela análise do indeferimento. Por fim, o Sr. Carlos Eduardo Francisco, representante da Semear Consultoria Ambiental solicitou informações sobre o Projeto de Lei nº 36, diante disso, a Sra. Cecília disponibilizou um [link](#) para acesso a audiência Pública do DAEE, transmitida pela plataforma *Youtube* para melhor entendimento. Não havendo mais manifestações a Sra. Cecília prosseguiu com o próximo item de pauta. **9. Outros assuntos:** A Sra. Tainá informou sobre a próxima Reunião Ordinária da CT-OL, prevista para 18/10/24, será no formato presencial em Campinas/SP. **10. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Cecília Aranha, coordenadora da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) dos Comitês PCJ, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Cecília de Barros Aranha
Coordenadora da CT-OL

Ariana Rosa Bueno Damiano
Coordenadora-adjunta da CT-OL